



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0261879-1

AGRAVANTE: BANCO CITIBANK S/A

AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DES. RELATOR: ROBERTO DA SILVA MAIA

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA FEDERAL. PRESENÇA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NO PÓLO PASSIVO. FALTA DE CITAÇÃO. REMESSA E POSTERIOR RETORNO DOS AUTOS DA JUSTIÇA FEDERAL. PREJUDICIALIDADE. NÃO CONHECIMENTO. INCONSTITUCIONALIDADE DE LEIS MUNICIPAIS QUE DETERMINAM ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA AUMENTAR A SEGURANÇA NOS BANCOS. INOCORRÊNCIA. ADI 239223-9. EXISTÊNCIA DE INTERESSE LOCAL. ART. 30, I, DA CF. SEGURANÇA. ATIVIDADE ESSENCIAL À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO BANCÁRIO. OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA. MULTA. CAPACIDADE ECONÔMICA DO DEVEDOR UTILIZADA COMO CRITÉRIO. RAZOABILIDADE.

1. Não merece ser conhecida a preliminar de competência absoluta da Justiça Federal ante à presença da Caixa Econômica Federal no pólo passivo, os autos foram remetidos à Justiça Federal para apreciação dessa questão e, posteriormente, terem retornado à esta Justiça Estadual.

2. A prestação de segurança é indispensável ao satisfatório exercício da atividade bancária, motivo pelo qual não violam os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade leis que determinam a adoção, pelos bancos, de medidas que visam a aumentar a segurança nos limites físicos de suas agências.

3. "*Os Municípios possuem competência para legislar sobre assuntos de interesse local (artigo 30, I, da CF), tais como medidas que propiciem segurança, conforto e rapidez aos usuários de serviços bancários*" (STF – ARE 691.591 AgR/RS – Primeira Turma – Rel. Min. Luiz Fux – Julg. 18.12.2012 – DJe 26.02.2003).

4. Presentes os requisitos autorizadores do deferimento de tutela antecipada, inexistem razões para sua revogação.

5. "*Na hipótese de se dirigir a devedor de grande capacidade econômica o valor da multa cominatória há de ser naturalmente elevado, para que se torne efetiva a coerção indireta ao cumprimento sem delongas da decisão judicial*" (STJ – REsp 1.185.260/GO – Terceira Turma – Rel. Min. Nancy Andrighi – Julg. 07.10.2010 – DJe 11.11.2010).



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

6. Na espécie, o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por dia de descumprimento mostrou-se razoável não apenas pelo fato de o destinatário da obrigação ser uma instituição bancária de notória grandeza, mas também pela urgência requerida para a proteção do bem jurídico visado, qual seja, a segurança do consumidor e do trabalhador.

7. Agravo de instrumento que se conhece em parte e, no trecho conhecido, se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, acordam os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, em conhecer em parte do presente recurso e, no trecho conhecido, **negar provimento**, tudo nos termos do voto do Des. Relator e Notas Taquigráficas, que passam a fazer parte integrante do presente aresto.

Recife/PE, 08 de outubro de 2013.


Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0261879-1

AGRAVANTE: BANCO CITIBANK S/A

AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DES. RELATOR: ROBERTO DA SILVA MAIA

RELATÓRIO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão interlocutória exarada nos autos da Ação Civil Pública tombada sob o n. 0057387-39.2011.8.17.0001, na qual o Juízo da 29ª Vara Cível da Comarca da Capital deferiu, liminarmente, o pedido de antecipação de tutela, determinando que os então demandados juntassem aos autos originários prova do atendimento total das exigências instituídas pela Lei Federal n. 7.102/1983 e pelas Leis Municipais n. 17.647/2010, 17.672/2010, 17.669/2010 e 17.662/2010, exigências estas devidamente discriminadas no *decisum* vergastado (fls. 436/442).

Nas razões do recurso, o agravante defende:

- a) Nulidade da decisão atacada, em virtude da presença, no pólo passivo, da Caixa Econômica Federal - CEF, empresa pública federal, o que deslocaria a competência para processamento e julgamento do feito para a Justiça Federal.
- b) Não ocorrência dos requisitos autorizadores da concessão de tutela antecipada: 1. *Fumus boni juris*, em virtude da inconstitucionalidade formal das Leis Municipais, em decorrência da incompetência legislativa do Município para legislar acerca de segurança bancária; 2. *Periculum in mora*, porquanto as medidas perseguidas pela legislação carecem de



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

efetividade em seu objetivo de dificultar a ocorrência de crimes em agências bancárias;

- c) Indébito da multa cominada, em virtude da inconstitucionalidade das normas municipais e, subsidiariamente, redução do seu *quantum*;

Em suas contrarrazões, às fls. 650/657, o *Parquet* argumenta que não há se falar em incompetência da Justiça Estadual, uma vez que a Justiça Federal já apreciou a matéria nos autos e decidiu pela competência da Justiça Estadual. Argumenta que a própria parte agravante confessa o descumprimento da legislação estadual e que está é plenamente constitucional.

O recurso é tempestivo e encontram-se presentes todos os demais requisitos de admissibilidade.

É o que importa relatar.

Inclua-se em pauta para julgamento, independentemente de Revisão.

Recife, 06 de agosto de 2013.



Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0261879-1

AGRAVANTE: BANCO CITIBANK S/A

AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DES. RELATOR: ROBERTO DA SILVA MAIA

VOTO PRELIMINAR

Da competência absoluta da Justiça Federal

Primeiramente, a preliminar de competência absoluta da Justiça Federal ante a presença de ente federal na lide não merece ser conhecida.

Com efeito, consta do sistema JudWin que, por despacho exarado em 31.01.2012, o qual considerou o requerimento de citação da CEF, o juízo de 1º Grau ordenou a remessa dos autos à Justiça Federal, a fim de que lá fosse processado, o que foi feito em 18.07.2012.

Todavia, em 25.10.2012, os autos retornaram a este Poder Judiciário Estadual e, desde então, aqui são processados.

Portanto, não conheço, por prejudicada, a preliminar de competência absoluta da Justiça Federal.

É como voto.

Recife 08 de outubro de 2013

Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0261879-1

AGRAVANTE: BANCO CITIBANK S/A

AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DES. RELATOR: ROBERTO DA SILVA MAIA

VOTO

Dos requisitos autorizadores da concessão de tutela antecipada

1. *Fumus boni juris*

A Corte Especial deste TJPE já teve a oportunidade de analisar, e afastar, a inconstitucionalidade da Lei Municipal n. 17.647/2010, nos autos da **ADI 229223-9**, de Relatoria do Eminentíssimo Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo, nos termos que seguem:

*CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DISPOSITIVO DE LEI MUNICIPAL QUE EXIGE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE ITENS DE SEGURANÇA NAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS. INTERESSE LOCAL. COMPETÊNCIA MUNICIPAL. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. 1. A iniciativa de lei municipal, que não adentra nas questões relacionadas à estrutura organizacional e orçamentária da administração pública, poderá ser exercida pelo Poder Legislativo correspondente. 2. Por força dos artigos 30, I, e 182 da CF, o Município é competente para dispor sobre regras que tenham por escopo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, além de garantir o bem-estar e segurança de seus habitantes, segundo o legítimo interesse local. 3. O STF já firmou entendimento no sentido de reconhecer a competência legislativa do Município para dispor sobre a obrigatoriedade de instalação de itens adicionais de segurança nas agências bancárias, por entender tratar-se de matéria de interesse local. 4. **Improcedência do pedido de declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 17.647/2010 do Município do Recife** (TJPE – ADI 229223-9 – Corte Especial – Rel. Des. Leopoldo Raposo – DJe 05.03.2012 - grifei).*



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Outrossim, com relação às demais leis municipais, não há incursão no tema da segurança pública. Há, sim, a prescrição de deveres oponíveis aos estabelecimentos bancários, com vistas a fomentar a segurança dos consumidores.

Nesse quadro, como é de amplo conhecimento, é farta a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, por aplicação da teoria do risco da atividade (Código de Defesa do Consumidor), o estabelecimento bancário é objetivamente responsável pelo ilícito ocorrido contra o consumidor no âmbito de suas agências.

Sobre o tema, vejamos o aresto abaixo:

CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CHEQUES FURTADOS DE AGÊNCIA BANCÁRIA. USO INDEVIDO POR TERCEIRO. DEVOLUÇÃO INJUSTIFICADA DE CHEQUES EMITIDOS PELAS CORRENTISTAS. DANO MORAL. VALOR. MANUTENÇÃO. JUROS MORATÓRIOS. CÁLCULO.

I. A segurança é prestação essencial à atividade bancária.

II. Não configura caso fortuito ou força maior, para efeito de isenção de responsabilidade civil, a ação de terceiro que furta, do interior do próprio banco, talonário de cheques emitido em favor de cliente do estabelecimento.

III. Ressarcimento devido às autoras, pela reparação dos danos morais por elas sofridos pela circulação de cheques falsos em seus nomes, gerando constrangimentos sociais, como a devolução indevida de cheques regularmente emitidos pelas correntistas e injustificadamente devolvidos.

IV. Recurso especial não conhecido (STJ – REsp 750.418/RS – Quarta Turma – Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior – Julg. 12.09.2006 – DJ 16.10.2006 – grifei).

Ainda, não se pode olvidar o enunciado da recentíssima Súmula 479 da Corte Superior, que reza:

As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Destarte, é incontestável que a garantia da segurança dos usuários é um dever ínsito ao exercício da atividade bancária, dentro dos limites físicos das agências, e, nesse norte, não é outra a matéria regulada pelas leis contestadas.

Pois bem.

Uma vez delimitado o campo de incidência dos diplomas legais sob apreço, resta analisar se o Município, ao instituí-lo, adentrou, inconstitucionalmente, na seara legislativa reservada privativamente à União.

Certamente, não.

Sem rodeios, o Supremo Tribunal Federal tem entendimento já calcificado no sentido de que, por ser de interesse local, a regulamentação da atividade bancária pelo ente municipal encontra respaldo no art. 30, inciso I, da CF.

Vejam os seguintes excertos, que, pela riqueza de precedentes citados, torna-se suficiente para o embasamento do entendimento aqui esposado, no ponto que ora se discute:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. LEI MUNICIPAL. PORTA ELETRÔNICA EM TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO BANCÁRIO. COMPETÊNCIA MUNICIPAL PARA LEGISLAR SOBRE QUESTÕES DE SEGURANÇA NOS LOCAIS DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO. INTERESSE LOCAL. INOCORRÊNCIA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA FEDERAL. REEXAME DA LEGISLAÇÃO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 280 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DECISÃO QUE SE MANTÉM POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. Os Municípios possuem competência para legislar sobre assuntos de interesse local (artigo 30, I, da CF), tais como medidas que propiciem segurança, conforto e rapidez aos usuários de serviços bancários. (Precedentes: RE n. 610.221-RG, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJe de 20.08.10; AI n. 347.717-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, 2ª Turma, DJ de 05.08.05; AC n. 1.124-MC, Relator o Ministro Marco Aurélio, 1ª Turma, DJ de 04.08.06; AI n. 491.420-AgR, Relator o Ministro Cezar Peluso, 1ª Turma, DJ de 24.03.06; AI n. 574.296-AgR, Relator o Ministro Gilmar



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Mendes, 2ª Turma, DJ 16.06.06; AI n. 709.974-AgR, Relatora a Ministra Cármen Lucia, 1ª Turma, DJe de 26.11.09; AI n. 747.245-AgR, Relator o Ministro. Eros Grau, 2ª Turma, DJe 06.08.09; RE n. 254.172-AgR, Relator o Ministro Ayres Britto, 2ª Turma, DJe de 23.09.11, entre outros). 2. Deveras, para se chegar à conclusão contrária à adotada pelo acórdão recorrido como deseja o recorrente quanto a extensão da exigência prevista no art. 1º, da Lei Municipal nº 7.494/94 aos terminais de autoatendimento bancário, necessário seria o reexame da legislação local que o orientou, o que inviabiliza o extraordinário, a teor do Enunciado da Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal, verbis: por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário. 3. In casu, o acórdão recorrido assentou: ADMINISTRATIVO. POSTOS DE AUTO-ATENDIMENTO BANCÁRIO. INSTALAÇÃO DE PORTA ELETRÔNICA DE SEGURANÇA INDIVIDUALIZADA. LEI MUNICIPAL Nº 7.494/94. MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. A exigência legal de instalação de porta eletrônica de segurança, com detector de metais, restringe-se às agências e postos de serviços, assim entendidos os postos que realizam as mesmas atividades das agências, com atendimento ao público, mas com menor número de funcionários, não se estendendo aos meros terminais de auto-atendimento. 4. Agravo regimental a que se NEGA PROVIMENTO (STF – ARE 691.591 AgR/RS – Primeira Turma – Rel. Min. Luiz Fux – Julg. 18.12.2012 – DJe 26.02.2003).

Portanto, é de clareza solar que as normas impugnadas incidentalmente não afrontam a distribuição constitucional de competência legislativa e, assim, não padece da alegada inconstitucionalidade formal orgânica.

Presente a fumaça do bom direito, portanto.

2. Periculum in mora:

A Ação Civil Pública originária tem a clara e nobre intenção de fazer valer a letra da lei, que visa a reduzir os impactos da violência urbana nas agências bancárias, as quais são alvos naturais de delinquentes e, por isso, devem dispor de sistema de segurança mais contundente.

Aqui, estamos falando da integridade física e da vida das pessoas, não apenas daquelas que utilizam o serviço bancário no local de sua prestação (consumidores), mas

685
7



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

também dos próprios empregados das instituições bancárias. Assim, quanto mais cedo forem implementadas as medidas protetivas, mais vidas serão resguardadas.

Nessa perspectiva, é incontestável que a demora no provimento jurisdicional e a consequente inércia das instituições bancárias têm o potencial de causar sérios danos à coletividade ao, absurdamente, negligenciar a atual situação da falta de segurança nas agências bancárias.

Destarte, reputo presente o perigo na demora.

Da multa arbitrada

Não há se falar em indébito da multa cominada pelo juízo *a quo*, máxime sob o argumento de inconstitucionalidade das leis que embasaram a decisão interlocutória guerreada, antes os argumentos expostos quando afastada a alegação de inoccorrência da fumaça do bom direito, os quais utilizo como fundamento para o presente trecho.

Ademais, não entendo que o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) arbitrado tenha sido irrazoável.

Isso porque a capacidade econômica do sujeito passivo da obrigação é critério que deve ser considerado pelo magistrado, no arbitramento de multas cominatórias. É nesse sentido que segue a jurisprudência do STJ, senão vejamos:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544, CPC) - VALOR DA MULTA COMINATÓRIA FIXADO DE ACORDO COM A CAPACIDADE ECONÔMICA DO DEMANDADO E EM RAZÃO DA SUA MANIFESTA RECALCITRÂNCIA EM CUMPRIR A DETERMINAÇÃO JUDICIAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO DA CASA BANCÁRIA.

1. O valor das astreintes foi fixado de acordo com a capacidade econômica do demandado e, no caso, fez-se absolutamente necessária em razão da recalcitrância manifesta da casa bancária em cumprir a determinação judicial.

2. Agravo regimental desprovido (STJ – AgRg no AREsp 247.440/RS – Quarta Turma – Rel. Min. Marco Buzzi – Julg. 05.02.2013 – DJe 21.02.2013 – grifei).



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ASTREINTE. VALOR INSUFICIENTE. LIMINAR OBTIDA. EXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO SUSPensa. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. INCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO. AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE EXECUÇÃO COM FUNDAMENTO EM CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA. EXIGIBILIDADE SUSPensa. NEGATIVAÇÃO NO SERASA. CONSEQUÊNCIA DIRETA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO. DESCASO DO DEVEDOR. DESCUMPRIMENTO QUE PERSISTE. GRANDE CAPACIDADE ECONÔMICA DO EXECUTADO. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. DEFERIMENTO. MULTA COMINATÓRIA MAJORADA. (...)

2. Sendo o descaso do devedor o único obstáculo ao cumprimento da determinação judicial para o qual havia a incidência de multa diária e considerando-se que ainda persiste o descumprimento da ordem, justifica-se a majoração do valor das astreintes.

3. A astreinte deve, em consonância com as peculiaridades de cada caso, ser elevada o suficiente a inibir o devedor – que intenciona descumprir a obrigação – e sensibilizá-lo de que é muito mais vantajoso cumpri-la do que pagar a respectiva pena pecuniária. Por outro lado, não pode o valor da multa implicar enriquecimento injusto do devedor. Precedentes.

4. Na hipótese de se dirigir a devedor de grande capacidade econômica o valor da multa cominatória há de ser naturalmente elevado, para que se torne efetiva a coerção indireta ao cumprimento sem delongas da decisão judicial. Precedentes.

5. Recurso especial provido, para majorar a multa cominatória ao importe de R\$7.000,00 (sete mil reais) por dia de descumprimento, sem prejuízo das atualizações legalmente permitidas, adotando como termo inicial, da mesma forma como fez o Tribunal de origem, a data da intimação pessoal do representante legal da recorrida, qual seja, 28 de julho de 2006, de modo que, até o presente momento, resultam aproximadamente 49 meses de descumprimento (STJ – REsp 1.185.260/GO – Terceira Turma – Rel. Min. Nancy Andrighi – Julg. 07.10.2010 – DJe 11.11.2010 - grifei).

Como se não bastasse, o bem jurídico que a norma visou a proteger, qual seja, a segurança do consumidor e do trabalhador (e, por via reflexa, o direito à vida), reclama providências urgentes.

Destarte, a multa arbitrada o foi dentro do patamar de razoabilidade.



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Diante do exposto, meu voto é no sentido de negar provimento ao presente recurso de agravo de instrumento, mantendo incólume a decisão recorrida, devendo ser confirmados os seus fundamentos.

É como voto.

Recife, 08 de outubro de 2013.



Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator